

A pesquisa da Deloitte, “Auditoria Interna no Brasil – Nos fundamentos da governança e da estratégia”, trouxe uma visão comparativa entre a Auditoria Interna e os outros pilares da Governança. Por exemplo, ao compararmos Auditoria Interna e Gestão de Riscos identificamos que existe, na maioria dos aspectos avaliados, uma proximidade entre visões sobre as áreas, diante da visão da Alta Administração e da Auditoria Interna.

Quando tratamos da relação entre Auditoria Interna e Controles Internos a relação de proximidade também é visualizada, porém, com algumas ressalvas.

A Governança Corporativa é uma ferramenta para estabelecer controles e identificar riscos, além de obter um parecer independente de sua estrutura de controles e demonstrações financeiras. Diante desse cenário, seguindo os princípios estabelecidos pelo Instituto de Auditores Internos, a área de Auditoria Interna é um dos principais pontos para sustentar a Governança Corporativa, com 54% dos apontamentos, seguida por estruturas de Controles Internos (34%) e práticas de Gestão de Riscos (32%).

A pesquisa também permite elucidar alguns pontos sobre a Auditoria Interna no País e desenvolver uma visão estratégica, priorizando o uso de tecnologia e ferramentas e garantindo o alinhamento das atividades de Auditoria Interna com Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance.

O primeiro dado que mostra a evolução e relevância da área é que 77% (53% com estrutura local e 24% com estrutura global) das organizações já implantaram a Auditoria Interna.

Entre os 23% de respondentes que afirmaram não possuir uma estrutura de Auditoria Interna, 53% têm a intenção de implementar uma estrutura nos próximos dois anos.

Nesse contexto, foi observado que para a preparação de uma bom plano de Auditoria Interna são utilizadas algumas ferramentas. A principal delas é uma avaliação de riscos realizada pela Auditoria Interna com os principais executivos da empresa (71%), seguida experiência do gestor de Auditoria Interna (51%), pelos objetivos estratégicos da organização (37%) e pelas necessidades do Comitê de Auditoria (34%).

Fonte: Decision Report, em 17.07.2014.